

O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO LOCAL

Roberto Rochadelli¹, Anadalvo Juazeiro dos Santos², Alessandro Vinicios Schneider³

Resumo

A questão dos conflitos socioambientais nas áreas protegidas de Guaraqueçaba vem, nos últimos anos, merecendo destaque por parte dos pesquisadores. No entanto, há dificuldades em se tratar o tema de modo participativo, ou seja, de modo que inclua integralmente a percepção da população local em sua realidade. O estudo foi desenvolvido em comunidades agrícolas e pesqueiras tradicionais em todo o município por meio de visitas, aplicação de questionários abertos, entrevistas informais, observações e relatos de convivência, durante o período de agosto de 2003 a julho de 2006. Também foram investigados atores como pequenos comerciantes e educadores. A população também contribuiu com sugestões para a melhoria da qualidade de vida na região. Os instrumentos restritivos da legislação ambiental, juntamente com as UCs existentes, criaram instabilidade entre os munícipes e forjaram conflitos ambientais; sendo desfavoráveis à melhoria da qualidade de vida da população. A desconsideração do contexto local, na forma de saberes, condições sociais, econômicas e culturais, tradições e perspectivas, contribuíram para o agravamento dos conflitos identificados.

PALAVRAS-CHAVE: : Guaraqueçaba, unidades de conservação, legislação ambiental.

Abstract

The conflicts concerning environment versus society at the protected areas of Guaraqueçaba, has gained importance, in recent years, by the scientific researches. However, there are difficulties in dealing with the subject in a way that includes the perception of the local population in different contexts. The study was developed in agricultural and fishing human communities all over the city through visits, informal interviews, and application of open questionnaires, participant observation and other techniques, during the period of August 2003 to October 2006. Other actors were also investigated such as small traders and educators. The population also contributed with suggestions for the improvement of the life quality in the region. The restrictive instruments of the laws, also with the existent CUs, has created instability among the townspeople and had forged environmental conflicts; and it was not favorable to the improvement of the quality of life of the local population. The disrespect of the local context, as local knowledge, social and economic conditions, culture, traditions and its perspectives has also contributed for the conflicts aggravation.

KEYWORDS: *Guaraqueçaba; protected areas; environmental law.*

¹Engenheiro Florestal, Dr, UFPR, nashtell@ufpr.br

²Engenheiro Florestal, Dr, UFPR, ajsantos@ufpr.br

³Doutorando em Engenharia Florestal, UFPR, schneideravs@ig.com.br

Introdução

A Floresta Ombrófila Densa Atlântica é considerada a terceira floresta tropical mais ameaçada do mundo, depois da Floresta da Nova Caledônia, na Oceania, e das Florestas de Madagascar, na África (PRIMACK, 1993). O bioma é considerado um hotspot de biodiversidade, ou seja, uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e com mais de 3/4 de sua vegetação original perdida. Daqueles 1.585.000 km² originais da Floresta Atlântica Brasileira, restam apenas 7%.

O Estado do Paraná, por sua vez, apresenta 97% de sua área inserida dentro do domínio da Floresta Atlântica definido pelo Decreto Federal no 750 de 1993. Existem, no Estado, quase quatro milhões de hectares de remanescentes de Floresta Atlântica ou 20,24% da sua cobertura original, o que faz do Paraná um dos três maiores detentores de remanescentes de Floresta Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA; Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), 2002).

A Floresta Ombrófila Densa apresenta remanescentes de grande interesse para a conservação da natureza no Estado. Atualmente a Floresta Atlântica faz parte da Reserva da Biosfera “Serra da Graciosa - Vale do Ribeira” e é protegida sob diversas formas ao longo de seu território. Fernandes (1997) listou 707 unidades de conservação (UCs) para a Floresta Atlântica até aquele ano. Alguns exemplos de UCs são: o Parque Nacional (PARNA) da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro; a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Paraná; Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo; Reserva Biológica (REBIO) Marinha do Arvoredo, em Santa Catarina; Parque Estadual de Itaúnas, no Espírito Santo e PARNA Monte Pascoal, na Bahia.

A maior das UCs presentes no município é a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, além do PARNA do Superagüi, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho, e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) de Salto Morato e Sebuí (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2001). O município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do Estado do Paraná, possui aspectos de notável relevância socioambiental no contexto brasileiro. Abriga o terceiro mais importante complexo lagunar-estuarino do mundo, é detentor de uma vasta cobertura de Floresta Atlântica, com elevada biodiversidade, sendo internacionalmente reconhecida por isso. Além disso, evidencia a presença de comunidades tradicionais caiçaras com séculos de tradição cultural e um cenário, contudo, de graves problemas sociais. Com o objetivo principal de proteger um dos maiores remanescentes de Floresta Atlântica do país, foi criada pelo Decreto no 90.883 do Governo Federal em 31 de janeiro de 1985 a APA de Guaraqueçaba, que abrange todo o município e parte de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul.

Dentro do mesmo contexto, foram criadas outras UCs, em nível federal e estadual, com diferentes objetivos, como o PARNA do Superagüi, criado em 25 de abril de 1989 pelo Decreto 97.688/1989 e ampliado pela Lei 9.513 de 1997 e a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada pelo Decreto no 87.222 de 31 de maio de

1982. O uso do ambiente na região também é disciplinado por instrumentos como o Código Florestal de 1965 e o Decreto no 750, de 1993 (Lei da Mata Atlântica).

A criação, implantação e gestão de unidades de conservação no Brasil têm passado, na maioria dos casos, por processos bastante traumáticos ao longo da história da conservação da natureza, visto que, sendo áreas habitadas por populações humanas, a existência de conflito entre as demandas de conservação ambiental, de desenvolvimento e ao mesmo tempo do anseio individual por melhoria de qualidade de vida se torna praticamente inevitável. No caso específico de APAs, que possuem terras de particulares, a implantação desta Unidade de Conservação interfere no exercício pleno da propriedade privada. Sobre essa questão, a Constituição Federal de 1988 refere-se à garantia da propriedade privada e da sua função social em seus artigos 5o (incisos XXII, XXIII e XXIV), 170º (incisos II e III) e 186o (BRASIL, 1988). As dificuldades não se restringem ao meio jurídico: estendem-se também às dificuldades culturais, técnicas e econômicas.

O processo de conservação da natureza em Guaraqueçaba ganhou contornos fortemente definidos e conflitantes com a criação de áreas protegidas. De acordo com a World Commission on Forests and Sustainable Development (WCFSD), (1999), aproximadamente 1 bilhão de pessoas (cerca de 20% da população mundial) dependem, de forma direta, das florestas e seus recursos para suprir suas necessidades de subsistência e bem estar. Em muitos casos, a roupagem conservacionista vem preenchida também por um papel anticapitalista, e até de exclusão de grupos sociais fragilizados pelo sistema de apropriação de recursos de produção, principalmente a terra.

O objetivo deste estudo foi identificar e evidenciar o grau de influência exercido sobre o modo de vida de grupos sociais distintos de Guaraqueçaba, pela aplicação da legislação ambiental, em especial pelo processo de gestão da APA e do PARNA.

Materiais e métodos

Foram visitadas oito comunidades continentais: Batuva, Morato, Poruquara, Potinga, Saco da Rita, Guaraqueçaba (sede do Município), Serra Negra e Tagaçaba; e três comunidades insulares: Vila das Peças, Saco do Morro e Barra do Superagüi (Figura 1). Outras comunidades também foram visitadas, como Abacateiro, Tibicanga, Laranjeiras, Guapicum e Barbados, porém sem aplicação de questionário. Neste caso foram realizadas observações apenas com intuito de agregar mais substância cognitiva sobre o cotidiano das pessoas, relativo aos efeitos decorrentes da implantação das UCs, de maneira a captar manifestações espontâneas dos comunitários. As visitas ocorreram no período de agosto de 2003 a outubro de 2006.

A1- QUESTIONÁRIO DE CAMPO

Data: ____ Código de setor: ____ Comunidade: _____ Quest. No ____

Nome: _____ Idade: _____

Endereço: _____

Estrutura Familiar: _____

Participação familiar na renda: _____

1. O senhor nasceu em Guaraqueçaba? Se não, como chegou em Guaraqueçaba? Qual é a sua origem?
2. O que, na sua história de vida, levou a fazer o que o senhor faz hoje, na sua profissão?
3. O senhor gostaria de continuar fazendo o que faz hoje, está satisfeito?
4. O senhor gosta da cidade de Guaraqueçaba, como cidade para morar?
5. O senhor gosta da sua comunidade, o que acha dela?
6. O senhor quer ficar aqui ou tem vontade de ir embora?
7. O que o senhor quer para os seus filhos?
8. O que o senhor acha da ação dos órgãos fiscalizadores que atuam em Guaraqueçaba, fiscalizando as atividades na região?
9. O senhor sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental (ou Parque), da sua função e o porquê de sua existência? O que o senhor acha sobre proteger o meio ambiente?
10. Qual a opinião do senhor sobre a APA de Guaraqueçaba(Parque)?
11. Como o senhor tomou conhecimento da existência da APA (Parque) pela primeira vez (como foi o processo)?
12. Como está Guaraqueçaba antes e depois da APA (Parque)?
13. Se piorou, qual a causa disso?
13. O que deveria ser feito para essa situação ser melhorada (se piorou)?
14. O senhor acha o turismo importante para Guaraqueçaba? O que o senhor acha do turismo que é praticado aqui?
15. O que o senhor acha das ONGs que atuam na região de Guaraqueçaba?
16. Pergunta específica para cada setor de atividade:

ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DA APA/PARQUE

- PESCA: quantidade de peixe + ou -?
- AGRICULTURA: produção + ou -?
- COMÉRCIO: vendas + ou -?

A metodologia baseou-se preliminarmente na revisão e análise crítica da literatura existente sobre o município

de Guaraqueçaba e sobre as UCs existentes no seu território. Posteriormente, realizaram-se visitas às comunidades locais para realização de entrevistas, seguindo um questionário semi-estruturado como roteiro; observações da dinâmica social e relatos de convivência. Foram aplicados 80 questionários nas diversas comunidades do município de Guaraqueçaba.

Em relação à natureza dos grupos avaliados, critérios diferenciados foram adotados em virtude das peculiaridades de cada um. Para o segmento da pesca, as comunidades selecionadas para a aplicação do questionário foram a Vila das Peças na Ilha das Peças, devido a sua facilidade de acesso marítimo; a Vila de Superagüi, na Ilha de Superagüi, pela mesma razão da escolha anterior; Saco do Morro, por possuir uma situação socioeconômica mais discrepante em relação ao contexto histórico do conjunto das comunidades avaliadas, e por se encontrar no interior do Parque Nacional; Saco da Rita, por ter sido considerada uma comunidade que tem preservado fortemente suas características culturais e por ainda apresentar um elevado grau de isolamento.

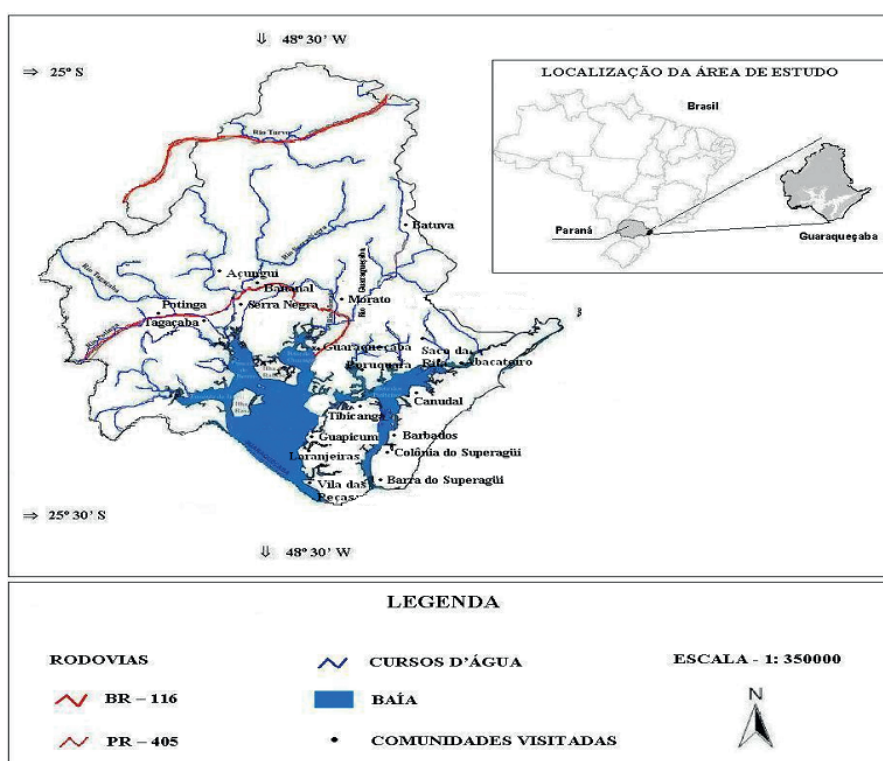


Figura 1. Localização da área de estudo e das comunidades visitadas.

Figure 1. Location of the study area and in the communities they visited.

No segmento da agricultura as comunidades rurais visitadas foram: Serra Negra, pela sua importância econômica e histórica; Tagaçaba, por ser atualmente uma das mais prósperas; além de Potinga e Batuva, por possuírem um grau de isolamento maior do que as outras comunidades rurais, e Morato, por possuir uma experiência mais forte de interação com outra categoria de UC: a Reserva Particular do Patrimônio Natural. Os demais segmentos pesquisados foram o comércio, e, em menor escala, a educação, os quais foram avaliados, tanto na sede do município, quanto nas comunidades rurais e insulares. Estes segmentos foram contemplados face à influência que

os mesmos desempenham no cotidiano da região. Buscou-se com as entrevistas, dentre outros objetivos, captar a percepção da população sobre a sua situação antes e após a criação das UCs.

Com o questionário procurou-se também detectar opiniões sobre alternativas para a melhoria da qualidade de vida, em combinação com a conservação da natureza no município, segundo o entendimento da própria comunidade. Além desses aspectos, buscou-se identificar as potencialidades das comunidades, na agrossilvicultura, ecoturismo, agroecologia, associações e cooperativas.

De forma complementar, foi avaliada a percepção de servidores de instituições públicas presentes no município (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação).

Resultados e discussão

Conhecimento local sobre as unidades de conservação

Foi avaliado o conhecimento dos moradores sobre as UCs presentes em seu território (Figura 2). Dentre os 80 entrevistados, 55% possuem uma noção de que as UCs (independente da categoria) são áreas de “reserva”, de “proteger a natureza”, “áreas ecológicas”. No entanto, o conhecimento encerra-se nesses conceitos. 30% não sabem elaborar qualquer tipo de definição para as UCs, apesar de ter muitas vezes ouvido a respeito das mesmas. Essas pessoas geralmente sofrem as restrições provocadas pela presença das UCs, mas não relacionam essas restrições com os espaços protegidos.

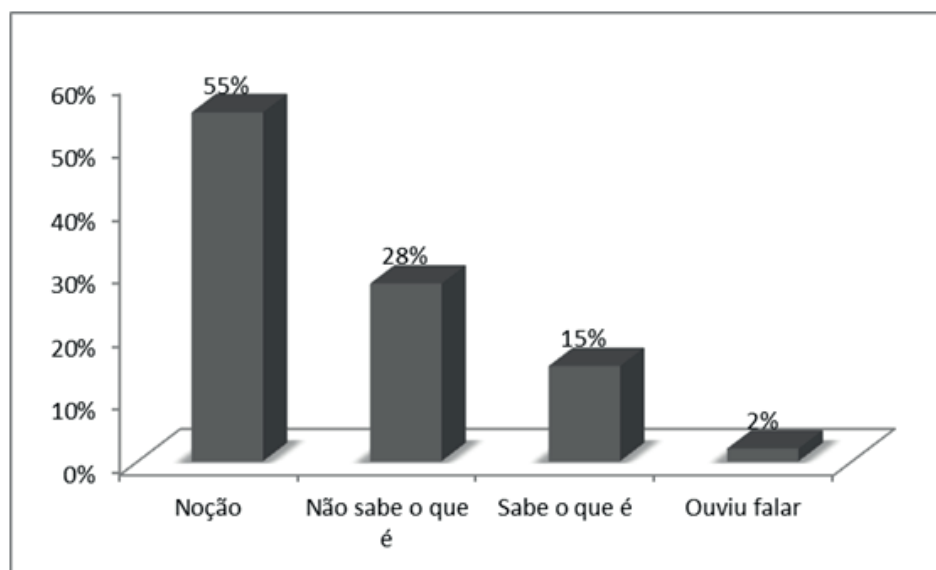


Figura 2. Conhecimento da população sobre APA/PARQUE (%).

Figure 2. Population knowledge about “APA” (%).

Sobre os primeiros contatos com ideia de criação de uma APA, alguns entrevistados demonstraram possuir conhecimento das ações de criação das áreas protegidas. Para alguns, essas ações transmitiram a ideia de melhoria de qualidade de vida, o que não se confirmou na prática.

Os meios pelos quais a criação das UCs ficou conhecida foram pelas próprias instituições ligadas à meio ambiente, e diretamente relacionadas ao fato, como o IBAMA, a Polícia Florestal e as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientais; comentários de parentes, amigos e visitantes do local; reuniões de associação de moradores, produtores e cultos de igrejas; políticos locais; universidades e outros (Tabela 1).

Participação	Número	(%)
IBAMA, PF, ONGs ambientais	22	27,5
Família, amigos	17	21,5
Associações, igreja, reuniões	7	8,5
Governo, políticos	4	5,0
Universidades	2	2,5
Mídia	1	1,0
Não sabe/não ouviu falar	27	34,0
TOTAL	80	100

Tabela 1. Fonte de conhecimento sobre a criação das UCs.

Table 1. Sources of knowledge about UCs creation.

A relevância da questão ambiental

A questão “O que o senhor acha sobre proteger o meio ambiente?” procurou evidenciar a relevância que a proteção ambiental possui no cotidiano da população, bem como a percepção sobre o estado de conservação do seu meio (Figura 3).

Dos entrevistados, 90% não tem dúvida quanto à importância de se proteger o ambiente. No entanto, há um consenso geral, presente em todas as respostas, de que o ambiente de Guaraqueçaba sempre foi protegido por seus moradores. A questão da valorização do ambiente pelas populações tradicionais, em particular as comunidades caiçaras, envolve o contexto da etnoconservação, sendo abordada em diversos trabalhos, dentre eles Pedrosa Júnior (2003) e Fernandes-Pinto (2001).

Dessa forma, a problemática ambiental configura-se relevante para a população. No entanto, há um consenso sobre o seu papel na manutenção do ecossistema da região. Praticamente todos os entrevistados concordaram que a própria população teve papel fundamental na conservação do ecossistema, tal qual se apresenta hoje. Com base nesta assertiva, a população não reconhece a função de proteção ambiental desempenhada pelos órgãos ambientais da região.

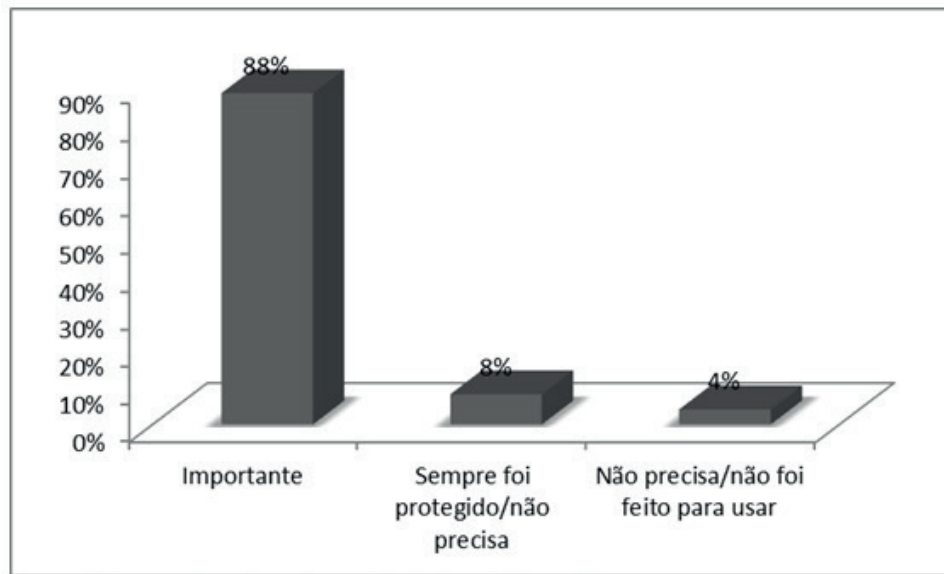


Figura 3. Percepção sobre a importância do ambiente (%).

Figure 3. Perception about the environmental importance (%).

A visão dos técnicos do IBAMA é contrária: quatro agentes do Instituto foram entrevistados durante a pesquisa. Segundo estes, a real causa da conservação do ecossistema foi o isolamento, dificuldade de acesso por barreiras geográficas e a baixa demografia na região.

De acordo com os moradores da região, verifica-se hoje um aumento da conscientização ambiental num sentido amplo, o que também gera diferentes opiniões sobre a atual situação do município frente ao processo. Dessa forma, constata-se uma demanda por capacitação na área ambiental, na forma de cursos, o que pode ser visto como consequência das mudanças das condições e oportunidades de trabalho. Há quem encare as atuais mudanças como inevitáveis e se esforce para se adaptar a elas, realizando cursos de guarda-parque e monitoria ambiental, por exemplo. Uma das entrevistas apontou a inviabilidade da produção de subsistência, devido às restrições ambientais, porém esta opinião não reflete o pensamento dominante da população.

Opinião sobre as unidades de conservação

Questionou-se a opinião geral dos moradores sobre as UCs presentes na região (Figura 4). Para alguns entrevistados, a necessidade de entendimento entre os atores envolvidos é fundamental para que o “mal necessário” – APA – logre sucesso em seus objetivos de criação.

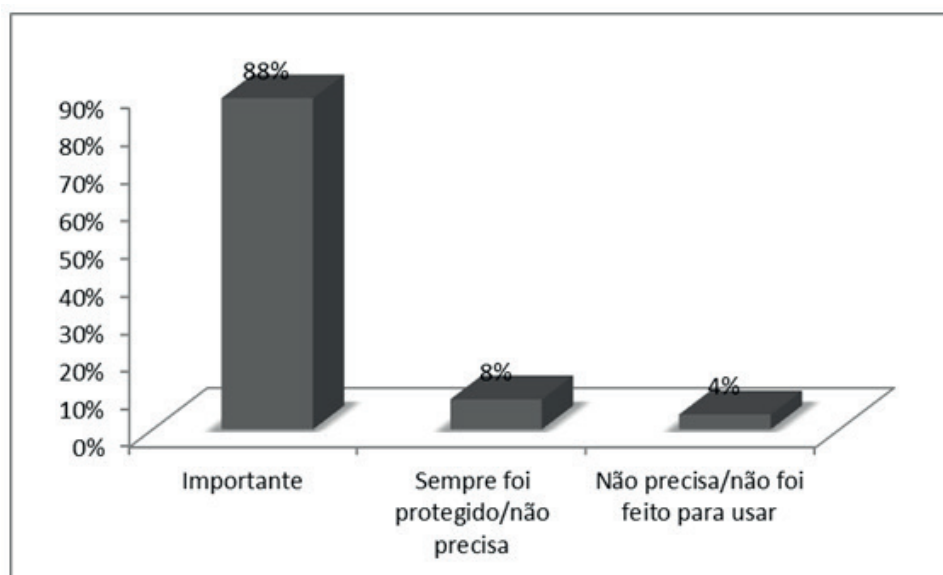


Figura 4. Opinião da população sobre APA/PARQUE (%).

Figure 4. Population opinion about "APA" (%).

"Para Teixeira (2005), na APA de Guaraqueçaba, os novos rumos podem modificar a relação entre a conservação e a sociedade local, situando a população como um elemento não só a ser controlado, mas também a ser reconhecido e considerado em sua especificidade e na sua inter-relação com o ambiente, além de ter garantidos seus direitos de decisão sobre o futuro. Contudo, essa mudança ainda está subjugada à "vocação" de Guaraqueçaba, para a qual a população deve ser preparada".

A população questiona o "tamanho" da APA, já que a mesma abrange todas as comunidades, prejudicando a realização de atividades tradicionais. Através desse tipo de questionamento percebe-se que, com exceção do segmento educacional (professores locais), praticamente não há conhecimento por parte da população do que vem a ser uma APA, e dos objetivos da mesma. De fato, este segmento tem mais acesso às informações sobre as UCs. Os que se dizem favoráveis à existência da APA fazem questão de ressaltar que não pensam o mesmo a respeito do modo como a legislação da APA é aplicada, ou seja, sobre a realização do processo em si (expresso em: "acho que tem que ter, mas não como eles fazem").

As comunidades influenciadas pelo PARNA não percebem a existência da APA, também pelo fato do primeiro possuir um contexto mais restritivo que a segunda categoria. Dessa forma, a opinião era expressa em relação ao Parque Nacional e não à APA. Durante as entrevistas, foi solicitado àqueles que responderam estar pior a condição de vida no município, que pensassem sobre o que deveria ser feito, sob seu ponto de vista, para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Como os entrevistados possuíam o máximo de liberdade de expressão durante todo o processo da entrevista, um considerável universo de respostas e comentários foi apresentado (Tabela 2).

Participação	Frequência	(%)
Criação de condições de trabalho e emprego	43	29,0
Melhoria do acesso (estrada) e infra estrutura	18	12,0
Mudança, revisão e flexibilização das leis	18	12,0
Organização comunitária	13	8,8
Outros (saúde, divulgação da região, etc)	11	7,5
Educação (escolas)	9	6,1
Orientação do IBAMA (educação ambiental)	8	5,4
Indenização/pagamento para preservação	7	4,8
Capacitação em áreas alternativas	6	4,1
Retirar IBAMA/PF da região	5	3,4
Retorno do sistema de coivara	3	2,0
Demarcação de áreas possíveis de plantio	3	2,0
Não sabe	2	1,4
Retirar ONGs da região	1	0,7
TOTAL	147	100,0

Tabela 2. Sugestões para melhoria da qualidade de vida.

Table 2. Suggestions to improve life quality.

Quanto à melhoria da situação atual, a resposta mais freqüente da população se refere à criação de emprego e trabalho, incluindo indústrias no meio urbano e rural, pelo governo e por órgãos que coíbem o meio de trabalho tradicional. A oferta de condições de sobrevivência e a responsabilidade do governo e das instituições fiscalizadoras são sem dúvida os pontos mais frequentes abordados.

A questão legislativa também é bastante abordada pela população, quando a mesma pensa em melhorias e mudanças nas condições atuais. No geral, cita-se: mudança, revisão e flexibilização das leis ambientais e de seus aparatos.

A organização comunitária, na forma de união e mobilização dos moradores locais, é uma ação bastante comentada. A capacitação em áreas alternativas como o ecoturismo e a produção sem impactos, configura-se como uma das alternativas sugeridas pela população, tendo o IBAMA e outros órgãos fiscalizadores a responsabilidade pelos incentivos e capacitação. As parcerias do Estado com as comunidades tradicionais, impactadas pela implantação de UCs, devem atender ao desafio de fazer com que os órgãos fiscalizadores passem a ser agentes de desenvolvimento, ao invés de força policial.

Sobre respostas referentes à implantação de indústrias em Guaraqueçaba (já que a agricultura não pode mais ser praticada como antes), estas dizem respeito às indústrias de palmito, de processamento de banana e outros produtos tradicionais da região. Sobre esse tipo de resposta, Milder (2004) comenta que o atual modelo de obtenção de recursos leva a uma mentalidade extremamente devastadora de gerenciamento público. Isto quer

dizer que para uma região crescer tem que ter indústria, fábricas, largas e extensas rodovias e que somente isto alavancará a economia local. Essa não é uma posição somente dos dirigentes. É algo que já criou raízes na população. As pessoas acreditam que para o progresso chegar à sua região é necessário que venham indústrias. Como se isso fosse a única maneira de gerar empregos diretos e indiretos e o único meio de assegurar a permanência do homem em sua própria terra.

O turismo

As premissas da conservação da natureza na região trouxeram consigo a alternativa do turismo, principalmente o chamado "turismo ecológico". Foi questionada a opinião dos moradores sobre o turismo como atividade econômica e também sobre a presença dos turistas na região (Tabela 3).

A alternativa turística na região continental não é vista com entusiasmo pelos moradores locais, devido à dificuldade de acesso pela estrada (PR-405). Porém, há a consciência do potencial que a atividade apresenta para as comunidades locais (turismo de base comunitária), devido às atrações naturais e culturais que a região possui e que ainda permanecem desconhecidas por grande parte dos frequentadores da região. Muitos moradores das vilas no continente dizem se sentir excluídos das oportunidades que o turismo proporciona, pela falta de divulgação da região continental em específico (apesar de existir uma pousada e um restaurante na comunidade de Tagaçaba

Manifestação	Número	%
Positivo	72	90,0
Negativo	3	3,7
Indiferente	3	3,8
Meio termo (com restrições)	2	2,5
TOTAL	80	100,0

Tabela 3. O turismo como opção para Guaraqueçaba.

Table 3. The tourism as an option to Guaraqueçaba.

Alguns opinam que a atividade no continente chega mesmo a ser inviável, pela dificuldade de acesso por terra e falta de infra estrutura (além de falta de capital para investir), e apontam as ilhas como locais potenciais. Nesse caso, a Vila das Peças encontra-se em estágio mais avançado, com o turismo de base comunitária, com grupo de condutores locais capacitados tecnicamente pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

Apesar das dificuldades, a população vê no turismo uma atividade geradora de emprego e renda. É interessante apontar que um dos entrevistados, que fez curso de monitor ambiental, afirmou que o turismo, apesar de

importante para a região, também possui aspectos negativos, sendo causador de impacto ao meio, e exemplificou com um caso a depredação de sambaquis na Ilha das Peças.

Alguns entrevistados apontam que somente a empresa O Boticário, por meio de sua reserva particular, se beneficia com a atividade turística na região, e que os moradores locais não recebem nenhum tipo de benefício ou compensação por haverem “preservado a natureza”. A mesma opinião vem sendo compartilhada em relação à SPVS, uma vez que a ONG organiza roteiros e passeios turísticos com a população urbana, geralmente de Curitiba, para a Ilha das Peças.

Sabe-se que, uma vez planejado em bases de sustentabilidade, o turismo pode resultar em geração de emprego e renda com baixo impacto ambiental. O ecoturismo apresenta-se como a forma mais apropriada a ser desenvolvida na região, devido à sua rica diversidade natural e cultural. Não se pode afirmar, no entanto, que o ecoturismo traga a solução para todos os problemas enfrentados pelas comunidades, mas sim que esta atividade possa contribuir para melhoria na qualidade de vida dos habitantes e para a conservação dos ecossistemas envolvidos. Sobre a atividade turística, Amend (2001) comenta que o setor terciário, apesar de sempre ter tido uma participação reduzida na economia do município, vem crescendo nos últimos anos devido ao aumento da demanda turística e, por conseguinte crescente oferta de serviços turísticos e que a partir de 1991, iniciou-se a estruturação de alguns estabelecimentos para atender essa demanda.

Quanto à sustentabilidade do turismo na região, a crescente presença de empreendedores externos (principalmente Superagüi e Peças), que buscam adquirir imóveis para estabelecer negócios turísticos ou casas de veraneio local, pode, por outro lado, criar um grande foco de degradação sociocultural e impacto ao ambiente, como pressão na disponibilidade de água potável e geração de lixo e esgoto.

Conclusões

Tendo em vista os resultados obtidos, pode-se afirmar que:

- A implantação das UCs na região de domínio caiçara contribuiu e vem contribuindo fortemente para a continuidade no processo de degradação cultural.
- A inexistência de alternativas econômicas, viáveis frente à nova situação, contribuiu com o agravamento das condições de vida e com a perda gradativa da cultura local.
- A organização comunitária revelou-se uma das principais alternativas apontadas pela própria população local. Esse fato evidencia uma mudança de paradigma no contexto histórico da região: a mobilização local passa a ser instrumento de ação para a transformação da realidade.
- Dentre as potencialidades da região, destaca-se o potencial do ecoturismo de todas as comunidades, a reestruturação de associações comunitárias, a mobilização da população em busca de novas atividades, inclusive relacionadas à questão ambiental, acesso aos serviços como energia elétrica, água tratada e outros.

- Apesar do potencial da região, o turismo não é necessariamente desejável ou viável em todas as localidades. Este aspecto deve ser examinado em cada comunidade.
- O descontentamento geral verificado entre os moradores de Guaraqueçaba, a respeito de sua atual condição, decorre, principalmente, da contradição percebida em relação à importância despertada pela natureza da região, enquanto quase nada é feito a favor da população humana.

Referências

- AMEND, M. R. *Avaliação da oferta e demanda turística na Comunidade da Barra do Superagüi/Paraná: subsídios para o desenvolvimento de um ecoturismo de base comunitária*. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 191a, 05 out. 1988.
- FERNANDES, M. L. B. *Unidades de conservação do domínio da Mata Atlântica*. Documentos do ISA, v. 4, p. 19-54. 1997.
- FERNANDES-PINTO, E. *Etnoictiologia dos pescadores da Barra do Superagüi, Guaraqueçaba/PR: aspectos etnotaxonômicos, etnoecológicos e utilitários*. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Zoneamento da APA de Guaraqueçaba*. Curitiba: Ed. IPARDES/IBAMA, 2001.
- MILDER, L. I. D. *Análise do processo de participação popular para a elaboração do macrozoneamento ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Verde – Paraná*. 95 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- PEDROSO JUNIOR, N. N. *Etnoecologia e conservação em áreas naturais protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagüi*. 80 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.
- PRIMACK, R. B. *Essentials of conservation biology*. Massachusetts: Sinauer Associates Inc., 1993.
- SOS MATA ATLÂNTICA/INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Atlas da evolução dos remanescentes florestais da Mata Atlântica no período de 1995 - 2000*. São Paulo, 2002.
- TEIXEIRA, C. *O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo. vol. 20, n 59, p 51-66, 2005.
- WORLD COMMISSION ON FORESTS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WCFSD). *Our forests: our future*. Cambridge. Cambridge University Press, 205 p, 1999.